

Editorial

Caros leitores

É com grata satisfação que a Equipe Editorial apresenta um novo volume da Revista Juris Rationis, com uma seleta coletânea de artigos jurídicos que traduzem o pensamento de ponta da comunidade jurídica nacional em várias áreas do direito. Foram horas de dedicação, empenho e entusiasmo na construção desta edição, com o único intuito de divulgar o saber jurídico para acadêmicos, profissionais da área e para a sociedade em geral.

Os artigos científicos selecionados nesta edição proporcionarão aos leitores uma relevante visão do mundo do direito, tanto na área pública quanto privada, em razão da seriedade e profundidade da pesquisa desenvolvida por cada um dos autores/pesquisadores a seguir apresentados.

O primeiro artigo, de autoria de Clara Gregório Rodrigues Guedes de Oliveira, discute a “A FALÊNCIA DO SISTEMA CARCERÁRIO: PRODUTO DA PRÓPRIA PRISÃO”. O segundo artigo, de autoria de Pedro Fellipe Araújo Freire, oferece uma diferente visão da “A SÚMULA 231 DO STJ: UMA ANÁLISE PRINCIPOLÓGICA”. O terceiro artigo, de autoria Gilberleide de Lima Medeiros, brinda o leitor com um debate sobre a “AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: DO OBJETIVO A QUE SE DESTINA À SUA EFICÁCIA QUANDO APLICADA NO PLANO CONCRETO”. O quarto artigo, de autoria de Pablo Ramon Mariano Agostinho e Vinícius Silva de Araújo, continua aprofundando o tema: “A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO”.

O quinto artigo, de autoria de Floreston Duarte de Sales e sob orientação de Vinícius Silva de Araújo, aprofunda o debate sobre “O DIREITO PENAL DO INI-

MIGO E A RELATIVIZAÇÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS NA PERSECUÇÃO CRIMINAL”. O sexto artigo, de autoria Carlos Matheus Moreira dos Santos, faz “UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DO INSTITUTO JURÍDICO DA DELAÇÃO PREMIADA”. E no sétimo artigo, de autoria de Cássia Neves Silva e sob orientação de Vinícius Silva de Araújo, se discute a “PRIVATIZAÇÃO DOS PRESÍDIOS E SUA APLICABILIDADE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO”.

A Revista Juris Rationis mantém o seu compromisso com a qualidade da pesquisa e aproveita para convidar os leitores a enviarem artigos para publicação, uma vez que o fluxo de recebimento é contínuo. Esclarecendo que todo artigo enviado precisa que a temática esteja em consonância com uma das seguintes linhas editoriais: (i) constituição, cidadania e efetivação de direitos; (ii) democracia e direitos humanos; (iii) pluralismo constitucional, direitos humanos e interculturalidade; (iv) reforma política e direito eleitoral; (v) educação, direito e psicanálise do vínculo social; (vi) constitucionalismo contemporâneo e suas repercussões no sistema brasileiro atual.

Por fim, agradecemos a todos que colaboraram para que mais esta edição fosse possível, em especial aos autores que enviaram seus artigos para a revista e aos membros da Equipe da Editora da UnP, do Conselho Editorial e Consultivo, cujo trabalho incansável viabiliza a cada nova edição a propagação do conhecimento jurídico.

Desejamos a todos uma ótima leitura.

Prof^a. MSc. Claudia Vechi Torres
EDITORA ADJUNTA